



Câmara Municipal do Recife

Concurso Público 2014

Prova escrita objetiva – Nível Superior

Assessor Jurídico

TIPO 1 – BRANCA

Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de sala:
 - uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas;
 - este caderno de prova contendo **70** questões objetivas, cada qual com **05 (cinco)** alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
- As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
- Ao receber a folha de respostas da prova objetiva você deve:
 - conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
 - ler atentamente as instruções para o preenchimento da folha de respostas;
 - marcar na folha de respostas da prova objetiva o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
 - assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica digital, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer modelo, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
- O preenchimento das respostas da prova objetiva, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.**
- O tempo disponível para a realização da prova é de **4 (quatro)** horas, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de prova.
- Somente após decorrida **uma hora e meia** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova sem, contudo, levar o caderno de prova.
- Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de prova.
- Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas ao fiscal da sala e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar, será eliminado do concurso.
- A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na folha de respostas.
- Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
- Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **30/09/2014**, no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/camaradorecife.
- O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será de 0h do dia **01/10/2014** até as 23h59 do dia **02/10/2014**, observado o horário oficial, no endereço www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/camaradorecife, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

Língua Portuguesa



Chargeonline.com.br - © Copyright do autor

Elvis

1

A charge acima foi publicada em agosto de 2014, momento em que havia grande número de mortes na guerra entre palestinos e israelenses no Oriente Médio; a representação gráfica inclui um conjunto de elementos alusivos ao conflito e a leitura de um deles, que está inadequada, é:

- (A) a estrela de seis pontas representa o estado de Israel;
- (B) o buraco no centro da estrela se liga aos tiros presentes no conflito;
- (C) o sangue escorrendo na base da estrela se prende ao sofrimento causado pela guerra, com muitos mortos;
- (D) a fumaça alude aos incêndios provocados pelos bombardeios na faixa de Gaza;
- (E) as diversas marcas registradas sobre a estrela judaica mostram os prejuízos sofridos por Israel.

Texto 1 – Bichos de estimação

Superinteressante, 2007

Não há um limite que estabelece até quando o apego a bichos de estimação é normal ou não. Ter um animal de estimação, na maioria dos casos, é benéfico para a saúde física e mental por ser uma forma de ter companhia e um meio de expressar emoções. Quem tem um bichinho sabe muito bem disso.

2

Entre as observações sobre a estruturação desse parágrafo no texto 1, a mais adequada é:

- (A) a forma verbal “estabelece” deveria ser substituída por “estabeleça” já que se refere a um fato real;
- (B) a expressão “até quando” deveria ser substituída por “até que ponto”, já que não se trata de referência a tempo;
- (C) o termo “bichos de estimação” deveria ser substituído por “animais de estimação” por ser um termo não coloquial;
- (D) o termo “disso” deveria ser substituído por “disto” já que tem por antecedente um elemento próximo;
- (E) o termo “bichinho” deveria ser substituído por “bicho” já que se trata de um texto científico, e não familiar.

Texto 2 – Fonte da juventude

Superinteressante, 2009

Sempre existiram jovens e velhos. Mas a noção de juventude que a gente tem é bem mais recente: começou nos EUA e na Europa dos anos 20. Foi quando as universidades se tornaram comuns e atrasaram a idade em que as pessoas casavam e tinham filhos. De uma hora para outra, cada vez mais gente passava a desfrutar esse intervalo que quase não existia antes: o limbo entre a infância e a vida adulta para valer. Um limbo, aliás, que fica cada vez mais longo.

3

No texto 2 há duas ocorrências do vocábulo *mais*: “a noção de juventude que a gente tem é bem mais recente” e “cada vez mais gente passava a desfrutar”. Sobre essas ocorrências, a afirmação correta é:

- (A) na primeira ocorrência é um termo adverbial determinado por outro advérbio (bem);
- (B) na segunda ocorrência é um advérbio de intensidade, ligado ao termo “gente”;
- (C) nas duas ocorrências, o termo exerce a função de advérbio de intensidade;
- (D) na segunda ocorrência, o termo pertence à classe dos pronomes indefinidos, com o valor de quantidade precisa;
- (E) na primeira ocorrência se trata de um advérbio de tempo.

4

A frase do texto 2 “Sempre existiram jovens e velhos” pode ser reescrita de forma adequada e mantendo-se o sentido original do seguinte modo:

- (A) houveram sempre jovens e velhos;
- (B) não só jovens, mas também velhos sempre houveram;
- (C) jovens, assim como velhos, sempre houve;
- (D) nunca deixaram de haver jovens e velhos;
- (E) nunca deixou de existir jovens e velhos.

5

A frase abaixo, retirada do texto 2, que exemplifica a variedade coloquial da linguagem é:

- (A) “sempre existiram jovens e velhos”;
- (B) “a noção de juventude que a gente tem é bem mais recente”;
- (C) “foi quando as universidades se tornaram comuns”;
- (D) “cada vez mais gente passava a desfrutar esse intervalo”;
- (E) “um limbo, aliás, que fica cada vez mais longo”.

6

“Um limbo, aliás, que fica cada vez mais longo”.

O termo “aliás” equivale semanticamente a diferentes expressões; no caso do texto 2, seu significado é:

- (A) de outra maneira;
- (B) do contrário;
- (C) além do mais;
- (D) não obstante;
- (E) a propósito.

Texto 3

Galileu, maio 2009

“Alguns alimentos têm as características modificadas quando entram em contato com o ar porque ocorre uma troca de umidade. Os pães ficam duros porque têm muita água, e os biscoitos amolecem devido ao fato de quase não levarem água”.

7

Em relação ao primeiro período do texto 3, o segundo período funciona como:

- (A) oposição a uma afirmação anterior;
- (B) retificação de algo afirmado;
- (C) repetição, em outras palavras, de algo já dito;
- (D) exemplificação de um fato;
- (E) explicação de um conceito.

Texto 4 – Como surgiu a linguagem humana?

Galileu, junho 2008

Embora não exista uma resposta fechada para a pergunta, há alguns experimentos e teorias que sugerem que o início do processo se deu entre os antepassados do Homo Sapiens, há 1,5 milhão de anos. A hipótese mais considerada pelos especialistas para o início da linguagem é a antropológica. Segundo ela, o processo resultou da necessidade do homem, além de se comunicar socialmente, garantir sua sobrevivência. (adaptado)

8

No texto 4 a frase inicial “Embora não exista uma resposta fechada” tem uma substituição inadequada em:

- (A) Posto que não exista uma resposta fechada;
- (B) Malgrado não existir uma resposta fechada;
- (C) Não obstante não existir uma resposta fechada;
- (D) Ainda não existindo uma resposta fechada;
- (E) Apesar de não existir uma resposta fechada.

9

No texto 4, a norma culta NÃO é rigorosamente respeitada no seguinte segmento:

- (A) “há alguns experimentos e teorias”;
- (B) “há 1,5 milhão de anos”;
- (C) “o processo resultou da necessidade do homem”;
- (D) “o início do processo se deu”;
- (E) “além de se comunicar socialmente”.

10

No texto 4, a pergunta do título:

- (A) é ignorada no desenvolvimento do texto;
- (B) é respondida de forma vaga e imprecisa;
- (C) não é respondida satisfatoriamente no texto;
- (D) é claramente respondida, ainda que sob um só ponto de vista;
- (E) é respondida, mas de forma não técnica.

Texto 5 – Nossa nova língua portuguesa

Julia Michaelis, *Galileu*, agosto 2009

Logo que comecei a trabalhar como editora, reparei que a diferença entre a língua falada e a escrita é maior em português do que em inglês, meu idioma nativo. Um estrangeiro pode passar anos sem topar com uma ênclise. De repente, abre um livro e “paft!” As pessoas não se sentam; sentam-se. Uma porta não se fecha; fecha-se. O ex-presidente Jânio Quadros uma vez falou “fi-lo porque qui-lo”. Tradução: fiz porque quis – e foi por causa da ênclise falada que a frase entrou na história.

11

Com base no texto 5, o ex-presidente Jânio Quadros negou várias vezes ter dito essa frase porque, sendo ele professor de Língua Portuguesa, jamais poderia tê-la dito em função de estar errada. Sua forma correta e mais adequada seria:

- (A) Fi-lo porque o quis;
- (B) Fiz isso porque qui-lo;
- (C) Porque qui-lo, o fiz;
- (D) Fiz isso porque isso quis;
- (E) Fi-lo porque quis-lhe.

12

A forma enclítica do pronome “o” junto ao pretérito perfeito do verbo “querer” que mostra incorrecção é:

- (A) Eu qui-lo;
- (B) Tu quiseste-o;
- (C) Nós quisemos-lo;
- (D) Vós quiseste-lo;
- (E) Eles quiseram-no.

13

No texto 5, a “tradução” da frase “Fi-lo porque qui-lo” está:

- (A) correta, porque o pronome complemento é indispensável;
- (B) inadequada, pois falta o pronome complemento;
- (C) incorreta, porque mostra erro de gramática;
- (D) adequada, já que os pronomes são redundantes;
- (E) imprecisa, pois estão ausentes os sujeitos das frases.

14

Um texto publicitário de um plano de saúde emprega a seguinte frase: “Você quer um plano de saúde para seus pais e nenhum te atende?”.

Se quiséssemos reescrever essa mesma frase dentro das regras da norma culta, deveríamos:

- (A) omitir o termo “você” no início da frase;
- (B) trocar o pronome possessivo “seus” por “teus”;
- (C) trocar o pronome “te” por “lhe”;
- (D) trocar o pronome “te” por “se”;
- (E) colocar “você quer” no plural: “vocês querem”.

Texto 6 – Poupar é possível

Elaine Toledo, *Claúdia*

Sempre dá para separar um dinheirinho para o futuro. Em sete passos fáceis, veja como: 1. Ande com um caderninho na bolsa e anote tudo o que gasta para saber para onde está indo seu dinheiro. 2. Se você não tem certeza de que conseguirá conter seus impulsos, deixe em casa cartões de crédito e cheques. Estabeleça um limite em dinheiro para carregar na carteira. 3. Planeje suas compras, todas elas, e pague apenas à vista. 4. Sempre pesquise preços e pechinche. 5. Só compre pela internet ou pelo telefone se for algo necessário, oferecido a um preço ótimo (a internet é um prato cheio para compradores compulsivos). 6. Passe longe das liquidações. 7. Pesquise pacotes econômicos para celular, telefone fixo, internet e TV a cabo.

15

A frase do texto 6 que traz somente marcas de linguagem formal é:

- (A) “sempre dá para separar um dinheirinho”;
- (B) “para saber onde está indo seu dinheiro”;
- (C) “sempre pesquise preços e pechinche”;
- (D) “a internet é um prato cheio para compradores”;
- (E) “pesquise pacotes econômicos para celular”.

16

No texto 6, a marca que indica uma preocupação com o paralelismo na construção de grande parte das frases do texto é:

- (A) o início traz sempre uma forma verbal;
- (B) o emprego de formas de imperativo;
- (C) o apelo ao humor nas instruções;
- (D) o uso de formas coloquiais de linguagem;
- (E) a presença de testemunhos de autoridade.

17

Um adolescente manda, por meio das novas tecnologias da comunicação, a seguinte mensagem para a namorada: *Ñ preciso dzer o qto amo vc né?*

A linguagem empregada, nesse caso, mostra:

- (A) a utilização de gírias e neologismos;
- (B) o emprego de variedades regionais de nossa língua;
- (C) o excessivo emprego de linguagem figurada;
- (D) o apelo a muitas imagens;
- (E) a preocupação com a brevidade.

Texto 7

Em 3 de novembro de 1957, a cadela Laika se tornava o primeiro animal da Terra a ser colocado em órbita. A bordo da nave soviética Sputnik2, ela morreu horas depois do lançamento, mas pôde entrar para a história da corrida espacial.

O animal escolhido para ir ao espaço era uma vira-latas de 6Kg de nome kudriavka. Depois os soviéticos decidiram renomeá-la como Laika. Sua cabine tinha espaço para ela ficar deitada ou em pé. Comida e água eram providenciadas em forma de gelatina. Ela tinha uma proteção e eletrodos para monitorar seus sinais vitais. Os primeiros dados da telemetria mostraram que ela estava agitada, mas comia a ração.

Apesar de toda a preparação, ela morreu devido a uma combinação de superaquecimento e pânico, deixando alguns cientistas tristes.

18

O texto 7 pode ser incluído entre os textos de tipo:

- (A) narrativo com traços descritivos;
- (B) descritivo com traços dissertativo-expositivos;
- (C) descritivo, com traços dissertativo-argumentativos;
- (D) dissertativo argumentativo com traços narrativos;
- (E) dissertativo expositivo com traços descritivos.

19

O texto 7, inicialmente, se refere a uma “cadela” e, mais tarde, se refere a ela como “animal”, estabelecendo uma relação de anáfora por meio de um hiperônimo. O mesmo aconteceria no seguinte par de palavras:

- (A) soviéticos / russos;
- (B) gelatina / alimento;
- (C) morrer / falecer;
- (D) história / conhecimento;
- (E) espaço / universo.

20

No texto 7 há duas ocorrências do vocábulo “mas”; em ambos os casos, esse vocábulo:

- (A) marca uma oposição entre dois segmentos;
- (B) indica posicionamentos críticos diante de algum fato;
- (C) explicita uma relação lógica entre dois termos;
- (D) introduz um aspecto positivo após a citação de algo negativo;
- (E) esclarece alguma ideia anterior.

21

A frase “o animal escolhido para ir ao espaço” traz uma segunda oração na forma reduzida; a forma adequada dessa mesma oração, caso desenvolvida, é:

- (A) o animal escolhido para que vá ao espaço;
- (B) o animal escolhido para a ida ao espaço;
- (C) o animal escolhido para que fosse ao espaço;
- (D) o animal escolhido a fim de ir ao espaço;
- (E) o animal escolhido para que tivesse ido ao espaço.

22

Na frase “deixando alguns cientistas tristes”, há a presença de uma forma verbal no gerúndio. A frase abaixo em que a forma sublinhada pertence a uma categoria verbal diferente é:

- (A) Laika esteve vijando pelo espaço.
- (B) muitos ficaram lamentando a morte da cadelinha.
- (C) nem todos estavam participando da corrida espacial.
- (D) a cadela tinha vindo para o centro espacial.
- (E) a nave espacial estava superaquecendo.

23

Em “pôde entrar para a corrida espacial” há somente uma oração, pois “pôde entrar” é uma locução verbal; a frase abaixo em que há somente uma oração é:

- (A) a tripulação mandou desembarcar a mercadoria;
- (B) a cadela sentiu estremecer a nave;
- (C) a cadelinha quis sair da nave espacial;
- (D) os cientistas deixaram morrer o animal;
- (E) a cadelinha via chegar a ração.

Texto 8 – A Comissão da Verdade

A Comissão da Verdade revelou nesta segunda-feira, 4, que o governo militar determinou a todos os agentes públicos no Brasil e no exterior, a partir de 1972, que não atendessem a nenhum pedido de esclarecimento de organizações nacionais e internacionais sobre mortos e desaparecidos em consequência da repressão.

O ato foi uma reação específica às ações da Anistia Internacional, que vinha denunciando e cobrando esclarecimentos sobre violações de direitos humanos, como torturas, desaparecimentos e assassinatos de opositores.

O Estado de São Paulo, 04 fev 2013

24

Com base no texto 8, o emprego do verbo “revelar” mostra que:

- (A) foi algo dito sob ação de tortura;
- (B) se tratava de um segredo;
- (C) se refere a algo comunicado de forma oficial;
- (D) indica uma verdade insuspeitada;
- (E) demonstra algo contado com superação do medo.

25

“revelou nesta segunda-feira”; de acordo com o texto 8, o emprego da forma do demonstrativo “nesta”, nessa frase do texto, se deve ao mesmo motivo que levou a seu emprego na seguinte frase:

- (A) João e Maria chegaram, mas esta de táxi.
- (B) Esta blusa que visto foi presente de meu marido.
- (C) Esta é a verdade: todos devem estudar mais.
- (D) Esta época é a de maior frio.
- (E) Nesta sala todos são luteranos.

26

No texto 8 há uma série de elementos duplos; o par abaixo em que o segundo elemento traz certa intensificação do primeiro é:

- (A) no Brasil / no exterior;
- (B) nacionais / internacionais;
- (C) mortos / desaparecidos;
- (D) denunciando / cobrando;
- (E) desaparecimentos / assassinatos.

27

Os elementos do texto 8 que mantêm entre si uma relação de concordância nominal ou verbal são:

- (A) violações de direitos;
- (B) torturas, desaparecimentos e assassinatos;
- (C) pedido de esclarecimento;
- (D) assassinatos de opositores;
- (E) anistia internacional.

28

“O ato foi uma reação específica às ações da Anistia Internacional, que vinha denunciando e cobrando esclarecimentos sobre violações de direitos humanos, como torturas, desaparecimentos e assassinatos de opositores”.

Sobre os componentes desse segmento do texto 8, a única afirmativa correta é:

- (A) o termo “às ações” completa o termo “reação”;
- (B) Anistia Internacional traz letras maiúsculas iniciais para que sua importância fosse aumentada;
- (C) há uma vírgula antes do pronome relativo “que” por tratar-se de uma oração restritiva;
- (D) o conector “sobre” deveria ser substituído por “sob”;
- (E) o termo “de opositores” serve de complemento dos três termos anteriores.

29

A opção abaixo em que a troca de posição dos termos sublinhados altera o significado da frase original é:

- (A) “determinou a todos os agentes públicos no Brasil e no exterior, a partir de 1972...”;
- (B) “nenhum pedido de esclarecimento de organizações nacionais e internacionais ...”;
- (C) “sobre mortos e desaparecidos em consequência da repressão”;
- (D) “que vinha denunciando e cobrando esclarecimentos”;
- (E) “torturas, desaparecimentos e assassinatos de opositores”.

30

“que não atendessem a nenhum pedido”; a forma adequada de reescrever-se essa frase do texto 8 de modo a retirarem-se as negações e mantendo-se o sentido original é:

- (A) que nenhum pedido fosse atendido;
- (B) que deixassem de atender a qualquer pedido;
- (C) que algum pedido fosse atendido;
- (D) que não atendessem a pedido algum;
- (E) que atendessem a quaisquer pedidos.

Legislação Específica

31

De acordo com a Lei Orgânica do Município do Recife, as comissões parlamentares de inquérito da Câmara Municipal:

- (A) terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no regimento interno;
- (B) serão criadas a requerimento, no mínimo, da maioria absoluta dos Vereadores;
- (C) terão por objeto a apuração de fato que atente contra a dignidade e decoro dos integrantes do poder público, ainda que o fato não seja determinado no início dos trabalhos;
- (D) observarão o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos, prorrogável de forma justificada por igual período, com limite de 180 (cento e oitenta) dias;
- (E) investigarão exclusivamente fatos graves envolvendo parlamentares municipais e terão poderes próprios de autoridades legislativas.

32

O processo legislativo no Município do Recife, consoante dispõe sua lei orgânica, compreende a elaboração de emendas:

- (A) à Constituição Estadual, leis complementares, leis ordinárias e leis delegadas;
- (B) à lei orgânica, leis complementares, leis ordinárias, decretos legislativos e resoluções;
- (C) à lei orgânica, leis complementares, leis ordinárias, medidas provisórias e decretos;
- (D) à lei orgânica, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas e medidas provisórias;
- (E) à lei orgânica, leis ordinárias, leis de iniciativa popular e decretos do Executivo.

33

Em tema de Poder Legislativo Municipal, a Lei Orgânica do Município do Recife dispõe que:

- (A) a Câmara Municipal reunir-se-á anualmente no período de trabalho legislativo ordinário de 01 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro;
- (B) compete privativamente à Câmara Municipal sancionar, promulgar e fazer publicar leis, bem como expedir decretos e/ou regulamentos para sua fiel execução;
- (C) a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades de sua administração direta ou indireta será exercida pelo Tribunal de Contas Municipal;
- (D) compete privativamente ao Presidente da Câmara Municipal declarar a necessidade, a utilidade pública ou o interesse social, para fins de desapropriação nos termos da lei federal;
- (E) o Presidente da Câmara remeterá ao Tribunal de Contas do Estado, até 30 (trinta) de abril do exercício seguinte, as contas do Poder Legislativo e do Poder Executivo.

34

O Município do Recife, na sua atuação, atenderá aos princípios da democracia participativa. A Lei Orgânica do Município do Recife estabelece que o processo de participação popular será exercido por meio de instrumentos como:

- (A) as associações de moradores;
- (B) as audiências públicas;
- (C) o tribunal do júri;
- (D) o direito de livre associação;
- (E) o direito de livre reunião.

35

É forma de provimento originário de cargo público, segundo o estatuto dos servidores do Município de Recife:

- (A) a promoção;
- (B) a reintegração;
- (C) o aproveitamento;
- (D) a nomeação;
- (E) a readaptação.

36

De acordo com o Estatuto dos Servidores do Município de Recife, o servidor municipal tem direito, assegurada a percepção integral de vencimentos do cargo, à licença:

- (A) prêmio, no período de 03 (três) meses, após cada 3 (três) anos de efetivo exercício prestado exclusivamente ao Município, podendo ser convertido em pecúnia o período não gozado por necessidade de serviço;
- (B) à gestante, mediante inspeção médica, pelo prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias, incluída nesse período a licença para aleitamento, que fica condicionada à nova perícia médica;
- (C) para tratamento de saúde por período de até 24 (vinte e quatro) meses, prorrogável excepcionalmente uma única vez por até mais 12 (doze) meses nos casos considerados recuperáveis, mediante nova inspeção médica;
- (D) por motivo de doença em pessoas de sua família, no prazo máximo de 12 (doze) meses, mediante inspeção médica;
- (E) para trato de interesses particulares, pelo prazo de 2 (dois) anos, prorrogável uma única vez por até mais 2 (dois) anos.

37

Consoante dispõe a Lei nº 14.728/85 (Estatuto dos Servidores do Município do Recife), o servidor que comete ofensa física em serviço contra funcionário ou particular, salvo se em legítima defesa, é passível de sofrer pena disciplinar de:

- (A) repreensão;
- (B) suspensão;
- (C) exoneração;
- (D) demissão;
- (E) multa e suspensão.

38

O Código de Ética Parlamentar do Município do Recife dispõe que a comissão de ética parlamentar:

- (A) é composta por 3 (três) membros, que se reúnem mensalmente ou quando houver convocação de seu presidente;
- (B) tem como presidente o vereador mais votado nas eleições, dentre os membros da comissão;
- (C) tem caráter transitório, sendo instaurada quando houver notícia de fato concreto, determinado e individualizado que atente contra a ética parlamentar;
- (D) é competente para instruir processos contra o Prefeito, em casos que importem sanções éticas a serem submetidas ao plenário;
- (E) tem as mesmas prerrogativas de uma comissão parlamentar de inquérito.

39

Em matéria de deveres fundamentais dos vereadores, o Código de Ética Parlamentar do Município do Recife dispõe que, no exercício do mandato de parlamentar, o Vereador deve:

- (A) comparecer a, no mínimo, 2/3 (dois terços) das sessões ordinárias, excetuando-se os casos de licença;
- (B) receber pessoalmente os cidadãos que o requererem, devendo fazê-lo, ao menos, uma vez por semana;
- (C) respeitar a posição adotada por seu partido político, votando conforme a orientação do líder partidário;
- (D) manter sigilo sobre as atividades que cheguem a seu conhecimento, que possam resultar em mal uso do dinheiro público, favorecimentos indevidos e prática do corporativismo;
- (E) propor, ao menos, 5 (cinco) projetos de leis por ano a serem votados pelo plenário.

40

O Vereador que infringir o Código de Ética Parlamentar do Município do Recife, agindo com conduta incompatível com o decoro parlamentar, se submeterá às seguintes sanções:

- (A) censura, multa e suspensão do exercício do mandato;
- (B) censura, suspensão do exercício do mandato e perda do mandato;
- (C) advertência, repreensão e suspensão do exercício do mandato;
- (D) advertência, multa e perda do mandato;
- (E) advertência, repreensão e cassação do mandato.

Conhecimentos específicos**41**

Em tema de regime jurídico da Administração Pública e dos servidores públicos, a Constituição da República de 1988 prevê que:

- (A) as funções de confiança e os cargos em comissão são exercidos por servidores ocupantes de cargo efetivo ou contratados sem concurso público e destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;
- (B) é vedada a contratação sem concurso público por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;
- (C) a investidura em cargo ou emprego público depende de prévia aprovação em concurso público, cujo prazo de validade será de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;
- (D) as funções de confiança são exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;
- (E) os cargos em comissão são ocupados exclusivamente por servidores não concursados e destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

42

Município do Estado de Pernambuco, após regular processo licitatório, contratou sociedade empresária para prestar serviços de reforma no prédio da Prefeitura. Ocorre que a empresa contratada não executou integralmente os serviços previstos. De acordo com a Lei nº 8.666/93, pela inexecução parcial do contrato, a Administração municipal poderá, garantida prévia defesa à sociedade empresária, aplicar ao contratado diversas sanções, como:

- (A) a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade empresária, a fim de alcançar o patrimônio de seus sócios até o limite do valor do dano ao erário;
- (B) a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- (C) a interdição da sede social da sociedade empresária, que somente poderá voltar às atividades após a conclusão do serviço ou ressarcimento integral do dano ao erário;
- (D) o ressarcimento integral do dano ao erário municipal, acrescido de juros e correção;
- (E) a indisponibilidade dos bens da sociedade empresária contratada até o limite do valor do dano ao erário municipal.

43

Assessor jurídico da Câmara Municipal do Recife emite um parecer jurídico sobre determinada matéria, no bojo de um processo administrativo, a pedido do Presidente da Câmara. Em relação à classificação dos atos administrativos quanto ao critério dos efeitos, o parecer do Assessor Jurídico é considerado um ato:

- (A) coercitivo, pois a autoridade solicitante ficará vinculada ao conteúdo jurídico do parecer;
- (B) discricionário, porque a vontade final da Câmara exige a intervenção da autoridade solicitante, que ficará vinculada ao conteúdo jurídico do parecer;
- (C) declaratório, o qual declara uma situação preexistente ou altera uma relação jurídica, criando, modificando ou extinguindo direitos;
- (D) constitutivo, a partir do qual a Câmara declara uma situação jurídica que surgirá a partir da decisão do órgão solicitante;
- (E) enunciativo, que indica juízo de valor, dependendo de outro ato de caráter decisório.

44

O Prefeito do Município do Recife editou decreto regulamentando a concessão dos benefícios fiscais outorgados pela lei municipal que instituiu o programa de parceria visando estimular a prática desportiva e a inclusão social junto às comunidades carentes, à rede pública municipal de ensino e à política municipal de esporte e lazer. A prerrogativa conferida ao administrador de editar atos gerais para complementar as leis e permitir a sua efetiva aplicação, como é o caso do decreto em tela, chama-se:

- (A) processo legislativo;
- (B) poder de polícia;
- (C) poder regulamentar;
- (D) poder discricionário;
- (E) poder hierárquico.

45

A competência é um elemento ou requisito do ato administrativo. Quando o ordenamento jurídico autoriza que um agente transfira a outro, normalmente de plano hierárquico inferior, funções que originariamente lhe são atribuídas, está-se diante do fenômeno da:

- (A) derogabilidade de competência;
- (B) prorrogabilidade de competência;
- (C) delegação de competência;
- (D) avocação de competência;
- (E) declínio de competência.

46

De acordo com a doutrina de direito administrativo, o conjunto de órgãos que integram as pessoas federativas, aos quais foi atribuída a competência para o exercício, de forma centralizada, das atividades administrativas do Estado chama-se administração:

- (A) direta;
- (B) indireta;
- (C) direta e indireta;
- (D) direta, autárquica e fundacional;
- (E) direta e indireta, bem como concessionários de serviços públicos.

47

Município do interior do Estado de Pernambuco contratou a Associação Água para Todos XWY, entidade privada sem fins lucrativos, para implementação de cisternas de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos, com escopo de beneficiar as famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca. O contrato foi firmado no valor de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), compatível com preço de mercado, através de dispensa de licitação. De acordo com a Lei nº 8.666/93, a conduta do Prefeito que firmou o contrato tem tela está:

- (A) correta, por expressa previsão legal;
- (B) correta, por analogia à situação de emergência;
- (C) errada, porque seria caso de inexigibilidade de licitação;
- (D) errada, porque seria caso de licitação na modalidade convite, em razão do valor do contrato;
- (E) errada, porque seria caso de licitação na modalidade tomada de preços, em razão do valor do contrato.

48

Como regra geral, a Constituição da República de 1988 prevê que é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos. Em casos excepcionais, o texto constitucional permite acumulação, quando houver compatibilidade de horários, como na hipótese de dois cargos ou empregos privativos de profissionais:

- (A) da área técnica ou científica, com profissões regulamentadas;
- (B) de saúde, com profissões regulamentadas;
- (C) de educação, com profissões regulamentadas;
- (D) de segurança pública;
- (E) da área jurídica.

49

Sociedade empresária ajuizou mandado de segurança para impugnar ato administrativo que a inabilitara em procedimento licitatório de que participava. Concluindo pela ilegalidade do ato estatal questionado, o juiz acolheu o pleito autoral, concedendo a ordem vindicada. Inconformada, a autoridade impetrada, em seu próprio nome, interpôs recurso de apelação, embora a própria pessoa jurídica a cuja estrutura pertence não tenha tomado tal iniciativa. Sobre o apelo manejado, é correto afirmar que:

- (A) foi interposto por quem não detinha legitimidade recursal, razão pela qual não pode ser conhecido;
- (B) foi interposto por quem detinha legitimidade recursal;
- (C) embora interposto por quem não detinha legitimidade recursal, deve ser conhecido, haja vista a indisponibilidade do interesse público subjacente à lide;
- (D) não pode ser conhecido, por lhe faltar interesse recursal, ante a incidência, na espécie, do duplo grau de jurisdição obrigatório;
- (E) só poderá ser conhecido caso a pessoa jurídica a que está vinculada a autoridade impetrada ratifique, em prazo a lhe ser assinado, os termos da peça recursal.

50

Sociedade empresária sediada na Comarca da Capital, em razão da edição, por órgão da Administração Pública direta do Município, de ato administrativo que impôs a interdição de seu estabelecimento, intentou demanda, pelo rito ordinário, em que pleiteava a invalidação desse ato, sob o fundamento de que não havia cometido nenhuma das irregularidades descritas no auto de infração. Referida ação foi distribuída a uma das varas dotadas de competência para matéria fazendária da Comarca da Capital. Uma semana depois de distribuída a demanda, a mesma pessoa jurídica ajuizou nova ação em face do ente federativo, postulando, de igual maneira, a invalidação do ato impositivo da interdição, já então alegando, como fundamento de seu pleito, não ter sido observado o seu direito à ampla defesa e ao contraditório. A segunda demanda, à qual também se atribuiu o rito ordinário, foi distribuída a um outro juízo fazendário da mesma Comarca. Diante da existência de ambos os feitos, a consequência daí decorrente é:

- (A) o reconhecimento da litispendência, com a extinção daquele em que a citação válida ocorreu em segundo lugar;
- (B) o reconhecimento da litispendência, com a extinção daquele cuja petição inicial recebeu o juízo positivo de admissibilidade em segundo lugar;
- (C) o reconhecimento da conexão entre as ações, reunindo-se os correspondentes processos, para julgamento simultâneo, perante a vara fazendária em que ocorreu em primeiro lugar o juízo positivo de admissibilidade;
- (D) o reconhecimento da conexão entre as ações, reunindo-se os correspondentes processos, para julgamento simultâneo, perante a vara fazendária em que ocorreu a primeira citação válida;
- (E) o reconhecimento da conexão entre as ações, reunindo-se os correspondentes processos, para julgamento simultâneo, perante a vara fazendária para a qual houve a primeira distribuição.

51

Cidadão ajuizou ação popular para impugnar a validade de contrato administrativo que reputou lesivo ao patrimônio público. Mas, antes mesmo da realização das citações, o autor ofertou petição em que manifestava a desistência da ação. Cumpridos os requisitos previstos na legislação de regência, nenhum outro cidadão se interessou em integrar o polo ativo da relação processual. Aberta a vista dos autos ao Ministério Público, este, vislumbrando a possibilidade de ocorrência de lesão ao erário, requereu ao juiz da causa fosse admitida a sua assunção no polo ativo da demanda e o regular prosseguimento do processo. Nesse cenário, deve o juiz:

- (A) indeferir o requerimento do *Parquet* e extinguir o feito sem resolução do mérito, diante de sua ilegitimidade *ad causam* no âmbito da ação popular;
- (B) deferir o requerimento do *Parquet*, desde que este convole, antes, a ação popular em ação civil pública, por meio de emenda à petição inicial;
- (C) indeferir o requerimento do *Parquet* e julgar improcedente o pedido formulado pelo autor popular, pronunciando a legalidade do contrato administrativo, diante do desinteresse de qualquer cidadão em impugná-lo;
- (D) indeferir o requerimento do *Parquet* e julgar improcedente o pedido formulado pelo autor popular, em razão da insuficiência das provas, diante do desinteresse de qualquer cidadão em impugná-lo;
- (E) deferir de imediato o requerimento do *Parquet*, permitindo que o feito prossiga regularmente.

52

Associação legitimada intentou ação civil pública em face de duas sociedades empresárias, imputando-lhes o cometimento de condutas lesivas aos direitos dos consumidores. Finda a instrução, o juiz da causa julgou improcedente o pedido, por entender que os fatos narrados pela parte autora não restaram suficientemente comprovados. Após o advento do trânsito em julgado da sentença, a entidade demandante obteve um documento novo, ao qual não pudera ter acesso ao longo da tramitação do processo, e que seria capaz, por si só, de lhe assegurar um pronunciamento judicial favorável. Desse modo, propôs ação rescisória, com fulcro no artigo 485, inciso VII, do Código de Processo Civil, para impugnar o julgado. Em sua petição inicial, a Associação-autora incluiu no polo passivo apenas uma das empresas que haviam integrado o polo passivo do feito primitivo, tendo se omitido, todavia, quanto à outra. À vista disso, deve o juiz:

- (A) determinar, antes do juízo positivo de admissibilidade da demanda, que a autora emende a inicial, a fim de incluir no polo passivo da ação rescisória a ré indevidamente omitida;
- (B) indeferir de imediato a petição inicial, julgando o feito extinto sem resolução do mérito, diante da inobservância da regra do litisconsórcio passivo necessário;
- (C) proceder ao juízo positivo de admissibilidade da ação rescisória, determinando a citação da única empresa incluída em seu polo passivo;
- (D) indeferir de imediato a petição inicial, julgando o feito extinto sem resolução do mérito, diante da carência de ação, em decorrência da ausência de interesse de agir;
- (E) indeferir de imediato a petição inicial, julgando o feito extinto com julgamento do mérito, com a declaração de improcedência do pleito rescindendo.

53

A teoria adotada no direito processual civil brasileiro que norteia a aferição, no caso concreto, da presença, ou não, das condições para o regular exercício da ação, é a da:

- (A) asserção;
- (B) substanciação;
- (C) individualização;
- (D) causa madura;
- (E) concreta da ação.

54

Caio propôs ação em face de Tício, pleiteando a sua condenação a lhe pagar verbas indenizatórias em razão de ato ilícito que lhe atribuiu. Tendo o juiz acolhido o pedido autoral, interpôs o réu recurso de apelação, suscitando, em linha de preliminar, a incompetência absoluta do juízo *a quo* e, no mérito, a ausência dos pressupostos da responsabilidade civil que lhe fora imputada pela parte autora. O órgão fracionário do Tribunal de Justiça ao qual foi distribuído o recurso de apelação, por maioria de votos, deu-lhe provimento para reconhecer a incompetência absoluta do juízo de primeiro grau, anulando a sentença prolatada e determinando a remessa dos autos ao órgão judicial competente, a fim de que o feito ali tivesse prosseguimento. Para impugnar esse acórdão, poderá Caio se valer:

- (A) do mandado de segurança;
- (B) do recurso especial;
- (C) do agravo interno ou legal;
- (D) do recurso ordinário-constitucional;
- (E) dos embargos infringentes.

55

Contribuinte ajuizou demanda, pelo rito ordinário, em face do Município, em que se insurgiu contra a nova alíquota prevista em lei para o imposto sobre propriedade predial e territorial urbana, sob o fundamento de ser ela extremamente elevada e ofensiva aos princípios da capacidade contributiva e da razoabilidade. Regularmente citado, o ente federativo não apresentou contestação. Depois de decretada a revelia da parte ré, o juiz proferiu sentença em que julgava procedente o pedido. Sem que tivesse havido a interposição de recurso de apelação pelo Município, os autos subiram ao Tribunal de Justiça por força do duplo grau de jurisdição obrigatório. Vislumbrando na lei municipal os vícios de inconstitucionalidade alegados na petição inicial, deve órgão fracionário ao qual foram distribuídos os autos:

- (A) proceder de imediato ao reexame necessário, confirmando a sentença de procedência do pedido, não lhe sendo obrigatório suscitar o prévio incidente de arguição de inconstitucionalidade por se tratar de duplo grau de jurisdição obrigatório, e não de recurso de apelação;
- (B) proceder de imediato ao reexame necessário, confirmando a sentença de procedência do pedido, não lhe sendo obrigatório suscitar o prévio incidente de arguição de inconstitucionalidade porque o seu acórdão se limitaria a afastar a incidência da lei no caso concreto, sem lhe declarar expressamente a inconstitucionalidade;
- (C) proceder de imediato ao reexame necessário, confirmando a sentença de procedência do pedido, não lhe sendo obrigatório suscitar o prévio incidente de arguição de inconstitucionalidade em razão da revelia do Município-réu, a importar na própria confissão dos vícios de inconstitucionalidade alegados na inicial;
- (D) suscitar o prévio incidente de arguição de inconstitucionalidade e, após a apreciação, pelo tribunal pleno, ou órgão especial, da matéria constitucional, retomar o julgamento do feito, ficando obrigatoriamente vinculado à premissa fixada no julgamento do incidente;
- (E) suscitar o prévio incidente de arguição de inconstitucionalidade, embora, após a apreciação, pelo tribunal pleno, ou órgão especial, da matéria constitucional, não fique obrigatoriamente vinculado, ao retomar o julgamento do feito, à premissa fixada no julgamento do incidente.

56

Tributo não vinculado é aquele que tem por fato gerador uma situação que independe de qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte, diz-se um "tributo não vinculado". Nesse sentido, é "tributo não vinculado":

- (A) o IPTU;
- (B) a taxa de fiscalização;
- (C) a contribuição de melhoria;
- (D) a taxa de melhoramento dos aeroportos;
- (E) a taxa de limpeza pública.

57

Para aprovar um tratado, convenção ou ato internacional destinado a evitar a dupla tributação em matéria de imposto sobre rendimentos, o instrumento necessário, segundo decorre dos termos da Constituição da República, da praxe e das normas de direito interno, é:

- (A) a lei ordinária;
- (B) a assinatura da minuta pelos representantes plenipotenciários;
- (C) a emenda constitucional;
- (D) o decreto legislativo;
- (E) a lei delegada.

58

Na transmissão *inter vivos*, por ato oneroso, de direitos reais, juridicamente identificados como penhor, anticrese e enfiteuse, com relação ao imposto de transmissão *inter vivos* de bens imóveis, há respectivamente:

- (A) incidência, incidência e incidência;
- (B) não-incidência, incidência e não-incidência;
- (C) incidência, não-incidência e incidência;
- (D) incidência, incidência e não-incidência;
- (E) não-incidência, não-incidência e incidência.

59

Segundo a Constituição Federal, compete aos Municípios a instituição de:

- (A) imposto sobre a propriedade territorial rural;
- (B) imposto sobre a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis;
- (C) empréstimo compulsório para atender as despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública;
- (D) taxa em razão do serviço público de gás canalizado por eles prestado diretamente;
- (E) imposto sobre a transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.

60

As receitas provenientes do uso de bens do Estado, de impostos e de taxas são consideradas, respectivamente, receitas:

- (A) originária, derivada e derivada;
- (B) derivada, derivada e derivada;
- (C) derivada, derivada e originária;
- (D) originária, derivada e originária;
- (E) originária, originária e derivada.

61

O adquirente de um estabelecimento comercial decide continuar a mesma atividade exercida antes da aquisição e o vendedor do estabelecimento se aposenta, cessando sua atividade empresarial. Com respeito aos tributos devidos até o momento da aquisição do estabelecimento, o novo adquirente responde:

- (A) solidariamente, com o antigo proprietário, por todos os tributos;
- (B) subsidiariamente pela integralidade dos tributos;
- (C) integralmente por todos os tributos;
- (D) subsidiariamente pela metade dos tributos;
- (E) solidariamente, por cinquenta por cento dos tributos devidos.

62

No Direito tributário brasileiro, o crédito tributário representa o direito de crédito da Fazenda Pública, já devidamente apurado por procedimento administrativo denominado lançamento. Sobre o tema, assinale a opção correta:

- (A) o direito de a Fazenda Pública ajuizar a ação de execução fiscal prescreve em cinco anos, contados da data da inscrição do crédito em dívida ativa, nos termos do art. 174 do Código Tributário Nacional;
- (B) o ajuizamento da ação de consignação em pagamento extingue o crédito tributário, conforme determina o Código Tributário Nacional;
- (C) prescreve em dois anos a ação promovida pelo sujeito passivo visando anular decisão do Conselho de Contribuintes que tenha negado a restituição de tributo pago indevidamente;
- (D) a dação em pagamento, modalidade nova de extinção do crédito tributário prevista no CTN, abrange bens móveis e imóveis;
- (E) a expiração do prazo legal para lançamento de um tributo, sem que a autoridade administrativa fiscal competente o tenha constituído, caracteriza hipótese de remissão.

63

Em razão da renúncia do Prefeito Municipal, fato ocorrido em janeiro do último ano do seu mandato, o Vice-Prefeito assumiu a chefia do Poder Executivo. Ernesto, filho do novo Prefeito, tinha grande popularidade no Município e pretendia concorrer a um cargo eletivo nas eleições a serem realizadas naquele ano. À luz da sistemática constitucional, isso somente seria possível se Ernesto viesse a ser candidato:

- (A) na eleição para o cargo de Vereador do Município e o seu pai renunciasse ao mandato até três meses antes da eleição;
- (B) na eleição para o cargo de Prefeito de outro Município e o seu pai renunciasse ao mandato até seis meses antes da eleição;
- (C) na eleição para o cargo de Vereador de outro Município e o seu pai não fosse candidato à reeleição ao cargo de Prefeito;
- (D) à reeleição ao cargo de Vereador de outro Município, cargo por ele já ocupado na respectiva legislatura, e houvesse renúncia do seu pai antes da eleição;
- (E) à reeleição ao cargo de Vereador do Município, cargo por ele já ocupado na respectiva legislatura, independentemente da renúncia do seu pai.

64

Determinado Deputado Federal, no afã de reduzir a carga tributária da indústria brasileira, apresentou projeto de lei alterando a alíquota máxima de um tributo. Esse projeto, se convertido em lei, acarretaria sensível redução das receitas da União para o exercício financeiro subsequente. Considerando a sistemática constitucional afeta ao processo legislativo, é possível afirmar que o projeto é:

- (A) inconstitucional, pois são privativos do Presidente da República os projetos de lei em matéria tributária;
- (B) inconstitucional, pois alterações com reflexos orçamentários somente podem ser promovidas via emenda constitucional;
- (C) inconstitucional, pois projetos de iniciativa parlamentar não podem acarretar a redução da receita pública;
- (D) constitucional, pois não há iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo em matéria tributária;
- (E) constitucional, pois compete ao Congresso Nacional legislar sobre todas as matérias de competência da União, independentemente de quem seja o autor do projeto.

65

Determinado Estado, com o objetivo de estimular a pesca no interior do seu território, edita lei ampliando o conceito de pesca artesanal previsto na legislação federal. O objetivo, declarado na exposição de motivos que acompanhou o projeto que veio a ser convertido em lei, era o de permitir o uso de equipamentos e a realização dessa atividade em locais não franqueados à pesca industrial. É possível afirmar que a lei estadual é:

- (A) inconstitucional, já que a definição de pesca artesanal é matéria de interesse local, sujeita, portanto, à competência legislativa dos Municípios;
- (B) constitucional, já que os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa são princípios fundamentais a serem observados por todos os entes federados;
- (C) constitucional, já que o Estado possui competência concorrente com a União para legislar sobre produção;
- (D) inconstitucional, já que o Estado, embora possua competência concorrente com a União para legislar sobre pesca, não pode ampliar a definição constante da lei federal;
- (E) constitucional, já que a competência legislativa do Estado é residual e a Constituição não atribuiu à União e aos Municípios competência para legislar sobre pesca.

66

Peter, cidadão alemão que, após atingir a maioria, naturalizou-se cidadão brasileiro, foi citado para responder a processo de extradição iniciado pelo Governo alemão. Tal fato ocorreu em razão de sua condenação pela prática de crime no território alemão. Pode-se afirmar que a extradição:

- (A) é impossível, pois nenhum cidadão brasileiro pode ser extraditado;
- (B) seria possível no caso de crime comum praticado antes da naturalização;
- (C) é possível independentemente da existência de acordo de reciprocidade entre os Governos brasileiro e alemão;
- (D) do brasileiro naturalizado somente não é concedida no caso de crime político ou de opinião;
- (E) deve ser deferida, pois o Estado alemão é soberano para executar as penas aplicadas pelos seus órgãos jurisdicionais.

67

Determinada Constituição Estadual, com o objetivo de zelar pelo princípio constitucional da eficiência, determinou que toda a Administração Pública municipal, direta e indireta, criasse um órgão de controle interno que monitorasse os gastos realizados pelos órgãos administrativos, devendo, obrigatoriamente, realizar pesquisa de preços e aferir o tempo de execução dos contratos. É possível afirmar que a norma da Constituição Estadual que assim dispôs está em:

- (A) harmonia com a Constituição da República, pois os Estados têm competência para editar as suas próprias Constituições;
- (B) desacordo com a Constituição da República, pois disciplina matéria afeta à autonomia municipal;
- (C) harmonia com a Constituição da República, pois os Estados devem observar os princípios nela estabelecidos, dentre os quais está o da eficiência;
- (D) desacordo com a Constituição da República, pois a norma afronta a autonomia da União para disciplinar a matéria de modo uniforme;
- (E) harmonia com a Constituição da República, pois a função da Constituição Estadual é uniformizar a disciplina normativa no âmbito do respectivo Estado.

68

O Tribunal de Contas da União, quatro anos após a aposentadoria de um servidor público federal, ao apreciar a legalidade desse ato para fins de registro, constatou que a aposentadoria não poderia ter sido concedida, pois não fora preenchido o requisito do tempo mínimo de contribuição previdenciária. Negou-se, portanto, a registrá-la. A postura do Tribunal está:

- (A) incorreta, já que a aposentadoria previamente concedida ao servidor é um ato jurídico perfeito, devendo ser mantida;
- (B) incorreta, pois a concessão de aposentadoria ao servidor é ato privativo da autoridade máxima da hierarquia administrativa;
- (C) correta, pois o ato de aposentadoria somente estará definitivamente constituído após o seu registro no Tribunal de Contas, sendo desnecessário ouvir o servidor;
- (D) correta, desde que, em razão do tempo decorrido, antes de prolatar a sua decisão, observasse as garantias do contraditório e da ampla defesa;
- (E) incorreta, pois o registro do ato de aposentadoria busca, apenas, conferir-lhe publicidade, não avaliar a sua essência.

69

Em 2001, determinado Estado promulgou uma lei instituindo a contribuição previdenciária dos inativos. Foi ajuizada ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. Em 2003, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 41, que autorizou essa cobrança; antes, portanto, do julgamento do mérito da referida ação. De acordo com o entendimento prevalecente no âmbito do Supremo Tribunal Federal:

- (A) a lei estadual estava em desacordo com a Constituição da República à época em que foi editada, não podendo ser acolhida a tese da constitucionalidade superveniente;
- (B) a legislação anterior à Emenda Constitucional nº 41/2003, desde que harmônica com ela, foi recepcionada, de modo que a lei estadual deve ser considerada constitucional;
- (C) a constitucionalidade de uma lei deve ser aferida no momento do julgamento cautelar ou de mérito da ação direta de constitucionalidade e, nesse momento, a lei estadual era constitucional;
- (D) somente os vícios de natureza formal devem ser analisados sob a ótica da Constituição vigente à época da promulgação da lei estadual, não os vícios materiais, como é o caso;
- (E) a lei estadual somente seria considerada inconstitucional no período compreendido entre a sua edição e a promulgação da Emenda Constitucional nº 41/2003, exigindo a modulação dos efeitos da decisão de mérito.

70

O Chefe do Poder Executivo encaminhou projeto de lei orçamentária à Assembleia Legislativa. Em sua justificativa, informou que o projeto tinha sido objeto de ampla discussão com a sociedade civil e os demais poderes e instituições autônomas, o que inviabilizava a apresentação de emendas parlamentares, isso sob pena de grave prejuízo para o interesse público. À luz desse quadro:

- (A) é correto afirmar que as emendas parlamentares podem ser apresentadas e criar novas despesas para o Poder Público, mas, dentre outros requisitos, devem indicar os recursos necessários para atendê-las, ainda que o Poder Executivo se oponha;
- (B) é correto afirmar que a iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo nos projetos de lei orçamentária somente permite a apresentação de emendas parlamentares no caso de acordo com o Poder Legislativo;
- (C) é incorreto dizer que há algum óbice constitucional à apresentação de emendas parlamentares, isso porque o orçamento é aprovado pelo Poder Legislativo, que é plenamente autônomo em relação ao Executivo;
- (D) é correto dizer que podem ser apresentadas as emendas parlamentares necessárias à disciplina da despesa e da receita públicas, bem como aquelas indispensáveis à criação de novos direitos fundamentais;
- (E) é correto dizer que as emendas parlamentares somente devem ser admitidas para a correção de erros ou omissões e estar relacionadas com os dispositivos do projeto de lei.

Realização

